

PRECARIZAÇÃO LABORAL E SAÚDE DO TRABALHADOR NO SETOR SUCROENERGÉTICO RURAL

Thiago Leonel Franco

<https://orcid.org/0009-0005-7004-4249>

Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Geografia-PPGEP, Campos Pontal, Ituiutaba/MG - Brasil
thialeonel@gmail.com

Joelma Cristina dos Santos

<https://orcid.org/0000-0001-9294-6685>

Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Geografia-PPGEP, Campos Pontal, Ituiutaba/MG - Brasil
joelmasantos110@gmail.com

Recebido em: 28.04.2026

Aceito em: 18.05.2026

Resumo: O presente estudo tem como objetivo investigar os impactos das condições de trabalho no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, com foco nos fatores que contribuem para o adoecimento e na precarização das relações laborais. Por meio de uma revisão de literatura qualitativa, foram analisados artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, extraídos de bases como SciELO, LILACS, PubMed e google acadêmico. Os resultados revelam que os trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas, exposição ao calor extremo, uso de agrotóxicos, ausência de pausas adequadas e pressão por produtividade, fatores que contribuem para lesões musculoesqueléticas, sofrimento psicológico e doenças ocupacionais. Além disso, a informalidade, a terceirização e a persistência do trabalho infantil ampliam a vulnerabilidade desses indivíduos e dificultam o acesso a direitos básicos. A invisibilidade social e institucional reforça a exclusão desses trabalhadores das políticas públicas de saúde e assistência. Conclui-se que os impactos são estruturais, exigindo a formulação de políticas públicas intersetoriais que valorizem o trabalho rural, promovam a equidade e garantam condições dignas de vida e trabalho para essa população essencial à cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Adoecimento Ocupacional; Condições de Trabalho; Precarização do Trabalho; Saúde do Trabalhador; Setor Sucroenergético; Trabalhador Rural.

LABOR PRECARIZATION AND WORKER HEALTH IN THE RURAL SUGAR-ENERGY SECTOR

Abstract: This study aims to investigate the impacts of working conditions in the sugarcane energy sector on the health of rural workers, focusing on the factors that contribute to illness and the precarization of labor relations. Through a qualitative literature review, scientific articles published

between 2014 and 2024 were analyzed, sourced from databases such as SciELO, LILACS, PubMed, and Google Scholar. The results reveal that workers face exhausting work hours, exposure to extreme heat, use of pesticides, lack of adequate breaks, and productivity pressure factors that contribute to musculoskeletal injuries, psychological distress, and occupational diseases. Furthermore, informality, outsourcing, and the persistence of child labor increase the vulnerability of these individuals and hinder access to basic rights. Social and institutional invisibility reinforces the exclusion of these workers from public health and assistance policies. It is concluded that the impacts are structural, requiring the development of intersectoral public policies that value rural work, promote equity, and ensure dignified living and working conditions for this population, which is essential to the sugarcane production chain.

Keywords: Occupational Illness; Working Conditions; Labor Precarization; Workers' Health; Sugarcane Energy Sector; Rural Worker.

INTRODUÇÃO

A história da agricultura no Brasil remonta ao período colonial, com a cultura da cana-de-açúcar desempenhando um papel central nesse processo histórico. Introduzida artificialmente pelos colonizadores, essa gramínea de origem asiática foi incorporada ao território brasileiro com o objetivo de ampliar a produção agrícola e promover a acumulação de riqueza por meio da exploração de recursos tropicais. Desde sua implementação, por volta do século XVI, a cana-de-açúcar permanece como uma das principais culturas do país, impulsionada por sucessivas inovações tecnológicas, pela diversificação da cadeia produtiva sucroenergética e por políticas de incentivo promovidas pelo Estado (Moreira, 2022).

A saúde dos trabalhadores rurais tem se destacado como um tema cada vez mais importante nas conversas sobre justiça social, especialmente em setores produtivos que exigem bastante esforço, como o da cana-de-açúcar. Essa cadeia produtiva, que é crucial para a economia do nosso país, ainda está ligada a práticas de trabalho muitas vezes intensas demais, com jornadas longas e exaustivas, além de exposição a diversos riscos no dia a dia. Nesse contexto, a invisibilidade desses trabalhadores acaba ajudando a manter condições precárias, muitas vezes ignoradas pelas políticas públicas. Os impactos físicos e emocionais causados por esse jeito de trabalhar representam desafios sérios para a saúde coletiva, pedindo uma abordagem mais crítica e colaborativa entre diferentes áreas de atuação (Silva *et al.*, 2021; Lima; Rumin 2023).

Silva *et al.* (2021), aponta que os trabalhadores da cana-de-açúcar enfrentam uma rotina bastante desafiadora, marcada por esforços físicos intensos, exposição a agrotóxicos, poeira gerada pela queima da palha, temperaturas extremamente elevadas e uma constante pressão para atingir metas de produtividade. Com a mecanização do corte, embora alguns acidentes tenham diminuído, surgiram novas dificuldades, como o aumento da carga de trabalho e a cobrança por resultados cada vez mais rígidos. Além disso, a precariedade nas condições de trabalho aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas, dificultando o acesso aos direitos básicos e o reconhecimento oficial de problemas de saúde ligados ao trabalho. Esses fatores aprofundam as desigualdades e agravam os impactos negativos na saúde desses trabalhadores.

A terceirização, a informalidade e a rotatividade frequente de funções são características comuns nas usinas de cana-de-açúcar, refletindo um modelo de produção que muitas vezes valoriza o lucro mais do que o bem-estar dos trabalhadores. Essas práticas acabam criando uma distância em relação às instituições responsáveis pela fiscalização e pela garantia de condições de trabalho dignas. Como resultado, é comum o surgimento de problemas como doenças musculoesqueléticas, dificuldades respiratórias, intoxicações por produtos químicos, sofrimento psicológico e, infelizmente, até casos de morte súbita por exaustão muitas dessas situações não são devidamente registradas ou divulgadas (Lima; Rumin 2023).

Com base na análise crítica de Milton Santos (2000), a globalização não pode ser encarada como um fenômeno exclusivamente de natureza econômica ou técnica. Trata-se de um sistema perverso sustentado pela tirania do dinheiro e da informação, que impõe uma lógica produtividade e competitividade excludente, aprofundando as desigualdades sociais e precarizando as relações laborais e sociais. No setor sucroenergético, essa racionalidade técnica e informacional globalizada manifesta-se através da intensificação do trabalho, da desvalorização da força laboral e da invisibilidade institucional dos trabalhadores rurais.

Segundo o autor, essa denominada “globalização perversa” provoca a fragmentação dos territórios e subordina os espaços locais aos interesses do capital internacional, convertendo os trabalhadores em sujeitos descartáveis em nome do lucro. Dessa maneira, o surgimento de doenças e a exploração desses indivíduos não se

configuram como eventos isolados, mas como manifestações de um modelo de desenvolvimento excludente e territorialmente seletivo (Santos, 2000).

A ausência de ações preventivas e de acesso a serviços de saúde eficazes compromete a qualidade de vida desses trabalhadores, além de perpetuar um ciclo de adoecimento, invisibilidade e exclusão social. Mesmo sendo uma população economicamente ativa e essencial para o funcionamento da cadeia produtiva sucroalcooleira, os trabalhadores rurais continuam enfrentando obstáculos estruturais que dificultam sua proteção social e o exercício de seus direitos. Esse contexto reforça a necessidade de investigações que articulem saúde do trabalhador, políticas públicas e justiça social (Moreira, 2022).

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo geral investigar os impactos das condições de trabalho no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, com foco nos fatores que contribuem para o adoecimento e na precarização das relações laborais. Como objetivos específicos, propõe-se identificar as principais condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores rurais no setor sucroenergético, com ênfase nos riscos ocupacionais e nas jornadas laborais; analisar os fatores que contribuem para o adoecimento físico e mental dos trabalhadores rurais inseridos nesse setor produtivo; examinar como as relações de trabalho, marcadas por possíveis processos de precarização, influenciam negativamente a saúde e o bem-estar desses trabalhadores.

JUSTIFICATIVA

A saúde do trabalhador rural, especialmente no setor sucroenergético, tem sido historicamente negligenciada, apesar da importância econômica da atividade para o país. A cadeia produtiva da cana-de-açúcar demanda esforços físicos intensos, longas jornadas de trabalho, exposição a agentes químicos e biológicos, além de ambientes de trabalho com pouca estrutura de proteção. Segundo Almeida *et al.* (2018), as condições precárias de trabalho nesse setor resultam em elevados índices de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, refletindo diretamente na saúde física e mental dos trabalhadores. A invisibilidade social dessa população contribui para a perpetuação dessas práticas laborais insalubres, dificultando o acesso a direitos básicos como saúde, segurança e dignidade no trabalho.

Além disso, o modelo de produção adotado nas usinas canavieiras está diretamente ligado à intensificação do trabalho e à precarização das relações laborais. Estudos indicam que a terceirização, a informalidade e a instabilidade contratual aumentam a vulnerabilidade dos trabalhadores e reduzem sua proteção social (Antunes, 2020). Essa precarização repercute negativamente na saúde dos trabalhadores, pois compromete o acesso a políticas de prevenção e assistência, além de dificultar a notificação e o reconhecimento de agravos relacionados ao trabalho. Assim, compreender como essas relações se organizam no cotidiano dos trabalhadores rurais do setor sucroenergético é essencial para evidenciar os fatores que contribuem para o seu adoecimento.

Diante desse contexto, torna-se urgente promover investigações que analisem criticamente os impactos das condições laborais sobre a saúde dos trabalhadores do campo. Conforme Pignati *et al.* (2017), a compreensão da saúde do trabalhador rural deve considerar os determinantes sociais, econômicos e ambientais do processo de trabalho, bem como a articulação entre saúde pública e justiça social. Dessa forma, este estudo se justifica por buscar dar visibilidade a uma população frequentemente marginalizada, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, saúde e qualidade de vida para os trabalhadores rurais inseridos no setor sucroenergético.

METODOLOGIA

Este estudo será desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa, com o objetivo de responder à seguinte questão de pesquisa: quais são os impactos das condições laborais no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, e de que forma esses fatores contribuem para o adoecimento e para a precarização das relações de trabalho? A investigação será conduzida por meio da busca, seleção e análise de produções científicas que abordem as condições de trabalho, os agravos ocupacionais e as formas de precarização laboral no contexto do setor sucroenergético.

As fontes serão selecionadas em bases de dados consolidadas, como SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, utilizando como descritores os termos: “trabalhador rural”, “saúde do trabalhador”, “setor sucroenergético”, “condições de

trabalho”, “adoecimento ocupacional” e “precarização do trabalho”. Serão priorizados artigos publicados no período de 2014 a 2024, considerando a atualidade da temática e sua relevância para o contexto sociolaboral contemporâneo. Além disso, serão incluídas publicações disponíveis nos idiomas português, espanhol ou inglês.

A seleção das fontes seguirá critérios de relevância temática, rigor metodológico e adequação ao objeto de estudo. As produções selecionadas serão submetidas à leitura crítica e sistemática, com ênfase na identificação de aspectos recorrentes e singulares que evidenciem os impactos das práticas laborais sobre a saúde dos trabalhadores rurais envolvidos na cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

A análise dos dados será orientada pelos princípios da abordagem qualitativa, que permite compreender os significados e sentidos atribuídos aos fenômenos sociais. Para isso, será adotado o referencial metodológico proposto por Minayo (2014), o qual se baseia na construção de categorias analíticas a partir da leitura aprofundada, reflexiva e interpretativa dos textos.

Com base nos 6 estudos selecionados, foi possível estabelecer quatro categorias principais que direcionaram a discussão dos resultados: (1) Condições de trabalho do setor sucroenergético; (2) Adoecimento físico e mental dos trabalhadores; (3) Precarização das relações de trabalho; e (4) Impactos psicossociais e invisibilidade social. Essa categorização possibilitou uma sistematização crítica dos achados da literatura e proporcionou uma compreensão aprofundada das múltiplas dimensões do adoecimento no setor canavieiro.

Essa estratégia analítica possibilitará a identificação de padrões e relações entre as condições laborais e os agravos à saúde, evidenciando os fatores que caracterizam a precarização das relações de trabalho no setor sucroenergético. Dessa forma, espera-se construir uma compreensão crítica e fundamentada sobre os determinantes sociais do adoecimento no meio rural, contribuindo para o debate acadêmico e a formulação de políticas públicas mais equitativas e protetivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os estudos selecionados, identifica-se algumas categorias que revelam os principais fatores que contribuem para o adoecimento dos trabalhadores rurais do setor sucroenergético. Foram considerados 06 artigos, publicados entre 2014 e

2024, provenientes de fontes como SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico. Essas pesquisas mostram padrões comuns relacionados às condições difíceis de trabalho, à precarização das relações laborais e às consequências tanto físicas quanto emocionais na saúde desses trabalhadores. A seguir, será discutido as principais contribuições da literatura, organizadas em temas que refletem toda a complexidade dessa questão.

o Condições de trabalho do setor sucroenergético

O setor sucroenergético brasileiro caracteriza-se por um modelo de produção que combina elevada exigência física a práticas laborais extenuantes. Apesar do progresso da mecanização em determinadas regiões, o corte manual da cana-de-açúcar permanece presente em muitos estados, especialmente em áreas de relevo acidentado, demandando esforço corporal contínuo dos trabalhadores (Rosa; Navarro 2014).

Essa situação resulta em jornadas frequentemente superior a dez horas diárias, sob temperaturas elevadas e intensa exposição solar, agravando os riscos ocupacionais. Segundo Rosa e Navarro (2014), essa atividade exige não apenas força física, mas também resistência ao calor e à pressão por produtividade, fatores que, somados, criam um cenário de vulnerabilidade constante para o trabalhador rural.

Um elemento central nesse contexto é a remuneração por produção, que estimula um ritmo de trabalho elevado e contribui diretamente para o aumento do desgaste físico. Bezerra (2018), destaca que essa modalidade de pagamento atua como um mecanismo de controle indireto sobre o corpo do trabalhador, que busca superar limites fisiológicos em troca de maior rendimento financeiro.

Embora seja apresentada sob uma lógica meritocrática, essa prática acaba naturalizando a superexploração laboral, normalizando adoecimentos e afastamentos decorrentes da exaustão. Ademais, a pressão pela produtividade reduz o tempo disponível para pausas e autocuidado, reforçando uma cultura de sacrifício silencioso entre os cortadores de cana, cujas demandas superam as condições mínimas de trabalho digno (Bezerra, 2018).

A exposição contínua ao calor extremo constitui outro fator agravante, sendo uma das causas recorrentes de estresse térmico e fadiga crônica. Roscani *et al.* (2017) relata que os trabalhadores na cultura da cana frequentemente operam em

ambientes onde os limites de tolerância ao calor são ultrapassados, colocando-os em risco de desidratação, insolação e colapsos fisiológicos.

A mecanização, apesar de frequentemente apontada como solução para os desafios da lavoura, apresenta um efeito ambivalente. Por um lado, reduz a exposição ao trabalho braçal em áreas mecanizáveis; por outro lado, elimina postos de trabalho e aumenta as exigências sobre os trabalhadores remanescentes, que passam a desempenhar novas funções sem o devido treinamento técnico. Bezerra (2018) observa que a modernização produtiva não resultou na valorização efetiva da força de trabalho; ao contrário, promoveu uma reconfiguração das formas de exploração. Em muitos casos, há maior pressão e controle, inclusive por meios digitais e por meio de monitoramentos de desempenho.

Outro aspecto relevante refere-se ao esforço físico repetitivo necessário nas frentes de trabalho. Messias *et al.* (2017), demonstra raque o movimento de corte da cana provoca flexões e abduções do ombro em ângulos que ultrapassam os limites biomecanicamente seguros. Quando essa condição é mantida por longos períodos, aumenta-se o risco de lesões osteomusculares, especialmente na articulação do ombro, comumente levando ao desenvolvimento de tendinites e outras patologias relacionadas ao esforço repetitivo. Esses danos tendem a acumular-se ao longo do tempo, muitas vezes ocasionando afastamentos prolongados ou incapacidade laboral, muitas vezes sem políticas adequadas de compensação ou reabilitação.

Ademais, ressalta-se a precariedade das condições gerais nos canaviais quanto ao transporte, alojamento e acesso à alimentação adequada. Roscani *et al.* (2017) relata que os trabalhadores frequentemente são transportados em veículos improvisados com pouca ventilação e sem segurança adequada. Além disso, os locais destinados ao descanso, quando existentes, apresentam condições insalubres e insuficientes para higiene ou primeiros socorros. Tal situação contraria as diretrizes estabelecidas pela NR-31 acerca das condições dignas no trabalho rural e evidencia um distanciamento entre legislação e realidade prática.

o Adoecimento físico e mental dos trabalhadores

A deterioração da saúde física dos trabalhadores rurais, decorre de forma direta das condições laborais adversas enfrentadas cotidianamente. O esforço físico repetitivo, a exposição prolongada às altas temperaturas, a sobrecarga de trabalho e a

insuficiência de pausas adequadas representam fatores primários que contribuem para o desenvolvimento de agravos à saúde. Messias *et al.* (2017), destaca que as atividades de corte de cana-de-açúcar envolvem movimentos de alta intensidade desenvolvendo lesões, que com o passar do tempo, tais lesões tendem a se intensificar, resultando em afastamentos do trabalho ou até mesmo em invalidez, perpetuando um ciclo que reforça a marginalização do trabalhador.

Além dos prejuízos físicos, a saúde mental dos trabalhadores também sofre impactos relevantes, decorrentes da pressão incessante por produtividade, da insegurança no emprego e da falta de reconhecimento profissional. Segundo Bezerra (2018), o modelo de gestão adotado nas usinas que é orientado por metas e pela vigilância constante do desempenho, contribui para o desenvolvimento de transtornos emocionais como ansiedade e depressão. Essa situação se agrava na ausência de espaços institucionais destinados à escuta e ao acolhimento, além da estigmatização do sofrimento psíquico no meio rural, onde o trabalhador é frequentemente incentivado a suportar suas dores silenciosamente para evitar ser visto como fraco ou improdutivo.

A sobrecarga térmica constitui um fator que intensifica tanto o sofrimento físico quanto o mental desses profissionais. Conforme Roscani *et al.* (2017), o calor ambiental combinado ao esforço metabólico durante o corte manual expõe o trabalhador a níveis extremos de estresse térmico. Tal condição compromete as funções fisiológicas, podendo provocar desidratação, câibras e colapsos, além de gerar uma sensação constante de mal-estar, exaustão e irritabilidade, afetando também seu estado emocional. O risco aumenta na ausência de medidas eficazes de controle, tais como pausas frequentes, hidratação adequada e sombreamento, elementos estes muitas vezes negligenciados no ambiente rural.

Outro aspecto relevante refere-se ao adoecimento invisível e silencioso que muitas vezes não é identificado ou registrado nos sistemas de saúde. Diversos trabalhadores continuam desempenhando suas atividades mesmo apresentando sintomas de doenças devido ao medo de perderem seus empregos ou à falta de acesso a serviços especializados. Rosa e Navarro (2014) destacam que esse comportamento é incentivado pelo próprio sistema produtivo, que valoriza a resistência ao sofrimento como uma característica desejável. Assim, enfermidades como tendinites, hérnias de disco, transtornos emocionais e síndrome do

esgotamento ocupacional tornam-se frequentes, porém subnotificadas, dificultando o reconhecimento dessas patologias como relacionadas às condições laborais.

A precariedade no acesso aos serviços de saúde também contribui para a persistência desses agravos. Muitas áreas trabalhistas estão situadas longe dos centros urbanos e carecem de unidades básicas de atendimento ou transporte adequado para situações emergenciais. Bezerra (2018) observa que a ausência de assistência imediata diante de lesões, desmaios ou crises ansiosas compromete a eficácia do cuidado sanitário e reforça uma lógica institucional marcada pelo abandono. Quando o atendimento ocorre, geralmente se trata de ações emergenciais e não preventivas, o que impede um acompanhamento contínuo das condições de saúde desses trabalhadores e favorece a evolução para quadros evitáveis.

Outro ponto importante é o sofrimento emocional desses indivíduos o qual é agravado pela inexistência de redes solidárias e pela fragmentação das relações sociais no campo. A instabilidade nos vínculos empregatícios, os longos períodos longe da família e a inviabilidade de projetar um futuro mais seguro reforçam sentimentos de desesperança, solidão e desvalorização pessoal. Segundo Pacheco-Zenteno *et al.* (2021), esse cenário evidencia a necessidade da implementação de ações intersetoriais que integrem cuidados à saúde mental, proteção social e valorização do trabalho rural por meio de políticas públicas capazes de reconhecer os efeitos subjetivos das condições laborais na vida dos trabalhadores canavieiros e promover estratégias contínuas de prevenção e assistência.

o Precarização das relações de trabalho

A deterioração das condições de trabalho manifesta-se como uma consequência direta de uma lógica produtiva orientada pela exploração intensiva da força de trabalho. Aspectos como a terceirização, a informalidade e a elevada rotatividade de empregados evidenciam a fragilidade dos vínculos empregatícios e a ausência de garantias sociais. Segundo Bezerra (2018), tais características promovem insegurança jurídica e restringem o acesso a benefícios legais, como previdência social e assistência médica, tornando os trabalhadores ainda mais suscetíveis ao

adoecimento e à exclusão social. A instabilidade contratual também compromete a continuidade do cuidado em saúde e dificulta a notificação de agravos ocupacionais. Santos Batista (2017) complementa essa análise ao destacar que a precarização não se limita aos vínculos formais, mas atinge dimensões estruturais do processo produtivo. Conforme o autor, o modelo de gestão adotado nas usinas busca reduzir custos por meio da desregulamentação do trabalho, com incentivos à informalidade e controle estatal efetivamente insuficiente. Essa situação torna-se ainda mais grave no caso de trabalhadores sazonais, imigrantes ou com baixa escolaridade, que frequentemente desconhecem seus direitos e enfrentam obstáculos no acesso à justiça trabalhista. Tal conjuntura configura um ambiente de vulnerabilidade e silenciamento institucional.

Um aspecto particularmente preocupante apontado por Santos Batista (2017) refere-se à persistência do trabalho infantil nos canaviais. Ainda que ilegal, essa prática permanece em regiões mais isoladas, revelando a intergeracionalidade da exploração no campo. Crianças e adolescentes são inseridos precocemente em atividades exaustivas, expostos a riscos físicos e prejuízos ao desenvolvimento psicossocial. Tal realidade perpetua o ciclo da pobreza e fragiliza o tecido social das comunidades rurais. A normalização do trabalho precoce é frequentemente reforçada por discursos culturais que associam esforço físico à formação do caráter, ignorando os efeitos deletérios sobre a saúde física e emocional das crianças.

Adicionalmente, a terceirização no setor canavieiro fragmenta as responsabilidades relativas à saúde e segurança do trabalhador. As empresas contratantes delegam funções às firmas intermediárias que frequentemente não fornecem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados ou promovem treinamentos eficazes. Rosa e Navarro (2014) observam que tal estrutura dificulta a fiscalização e dilui as responsabilidades por acidentes ou doenças ocupacionais. Em muitos casos, os trabalhadores sequer têm conhecimento dos canais institucionais disponíveis para denúncia ou sentem-se intimidados em face às possíveis retaliações ou demissões.

A informalidade predominante nesse setor também contribui para a subnotificação de agravos relacionados à saúde dos trabalhadores. Muitos casos de intoxicação por agrotóxicos, doenças osteomusculares ou quadros de exaustão física não são formalmente registrados como acidentes laborais, dificultando o reconhecimento do

nexo causal. Bezerra (2018) aponta que baixos níveis de escolaridade e o distanciamento das áreas urbanas agrava essa situação e impedem que os trabalhadores acessem serviços de saúde capazes de reconhecer suas condições ocupacionais. Essa invisibilidade institucional perpetua o ciclo de negligência e impunidade nas relações laborais rurais.

De acordo com Santos Batista (2017), romper com esse cenário de precarização exige políticas públicas intersetoriais que integrem ações relacionadas à saúde, ao trabalho, à assistência social e à educação. É fundamental valorizar o trabalho rural e reconhecer sua centralidade na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Isso implica na formalização dos contratos, no fortalecimento da fiscalização laboral, na responsabilização das empresas terceirizadas e na implementação de programas específicos voltados para erradicar o trabalho infantil. Somente com uma atuação coordenada e efetiva será possível transformar esse contexto e promover justiça social no meio rural.

o Impactos psicossociais e invisibilidade social

Os efeitos psicossociais decorrentes do trabalho na indústria são profundos e multifacetados. Os trabalhadores enfrentam não apenas desgaste físico, mas também impactos emocionais. Segundo Pacheco-Zenteno *et al.* (2021), o sofrimento psíquico torna-se crônico diante de jornadas exaustivas, ambientes opressivos e isolamento social. A invisibilidade dos cortadores de cana contribui para a ausência de políticas públicas sensíveis às suas realidades específicas, dificultando a elaboração de estratégias efetivas para cuidados em saúde mental.

A exclusão simbólica e geográfica desses trabalhadores restringe seu acesso aos serviços de saúde e a espaços destinados à escuta qualificada. Bezerra (2018) destaca que muitas das denúncias dessas populações são ignoradas ou minimizadas pelas instituições responsáveis, reforçando a percepção de que seu sofrimento faz parte da rotina produtiva. Tal banalização institucional impede a detecção precoce de transtornos mentais, agravando o quadro clínico desses indivíduos. A carência de atendimento humanizado com sensibilidade cultural perpetua seu isolamento social e limita seu direito ao cuidado integral.

Santos Batista (2017) acrescenta que o sofrimento psíquico é agravado pela falta de perspectivas concretas para melhorias nas condições de vida e trabalho dos rurais.

A reprodução do trabalho precário entre gerações, como no caso do trabalho infantil, cria uma sensação de aprisionamento estrutural onde o futuro parece repetir o passado vivido pelas famílias camponesas. Essa realidade produz sentimentos constantes de impotência, frustração e baixa autoestima. As condições precárias habitacionais e o afastamento familiar durante as temporadas agrícolas intensificam ainda mais essa sensação de vulnerabilidade emocional.

Além disso, o estigma social frequentemente associado aos trabalhadores rurais considerados “rudes” ou “ignorantes”, reforça barreiras no acesso aos direitos sociais fundamentais. Esse preconceito dificulta sua inclusão nos serviços públicos adequados e desestimula que busquem auxílio especializado ou suporte psicológico adequado. Rosa e Navarro (2014) afirmam que a desvalorização simbólica dos trabalhadores rurais deve ser enfrentada como parte integrante das políticas voltadas à promoção da saúde mental; pois ela influencia diretamente as percepções desses sujeitos sobre si mesmos assim como as formas como são tratados pelas instituições.

A invisibilidade também reflete-se nos dados epidemiológicos: muitos casos relacionados ao sofrimento psíquico não são oficialmente notificados nem contabilizados nas estatísticas oficiais; dessa forma, suas reais dimensões permanecem ocultas às políticas públicas direcionadas ao setor rural. Pacheco-Zenteno *et al.* (2021) sugere uma vigilância em saúde mental específica para esse grupo, considerando seus determinantes sociais do adoecimento através de abordagens territorializadas; sem essas ações integradas, a atenção à saúde mental no campo permanecerá marginalizada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante desse cenário complexo é imprescindível romper com o ciclo contínuo de invisibilidade e sofrimento que assola os trabalhadores do setor sucroenergético através da articulação eficaz entre políticas públicas voltadas à saúde, assistência social, educação e trabalho. Para tanto, é necessário promover escuta ativa, acolhimento humanizado e valorização da subjetividade desses indivíduos. Como propõe Santos Batista (2017), um novo modelo de cuidado rural deve considerar as trajetórias individuais e coletivas desses trabalhadores, reconhecendo-os enquanto protagonistas na transformação social dessas comunidades, não apenas como força produtiva descartável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesse estudo apresenta uma visão complexa e interconectada acerca da saúde do trabalhador rural no setor sucroenergético, evidenciando que as condições laborais, o adoecimento físico e psicológico, a precarização das relações de trabalho, a invisibilidade social e a insuficiência de políticas públicas constituem um ciclo de vulnerabilidade que se retroalimenta continuamente.

Nota-se também que a deterioração das condições laborais, caracteriza-se pela informalidade, terceirização e fragilidade dos contratos, intensifica o quadro de adoecimento ao dificultar o acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social. Ademais, o sofrimento psíquico dos trabalhadores frequentemente permanece invisível tanto para as instituições quanto para a sociedade, o que prejudica o acolhimento adequado e o cuidado integral à saúde dessa população. A carência de políticas públicas eficazes, articuladas e intersetoriais favorece a manutenção de um ciclo de exploração, adoecimento e exclusão social dos trabalhadores rurais.

Em relação à questão de pesquisa: quais são os impactos das condições laborais no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, e de que forma esses fatores contribuem para o adoecimento e para a precarização das relações de trabalho? os resultados confirmam que os impactos são diversos e profundos, afetando tanto a integridade física quanto a subjetividade dos trabalhadores, estando fortemente associados a um modelo produtivo que prioriza a maximização do lucro em detrimento da dignidade humana.

Assim, o estudo alcança seus objetivos ao evidenciar que o adoecimento no setor sucroenergético não decorre de maneira casual das atividades laborais, mas constitui um reflexo de relações estruturais de exploração, desproteção e invisibilidade social. Torna-se imprescindível repensar estratégias de cuidado, fiscalização e formulação de políticas públicas que coloquem no centro do debate a valorização da vida e do trabalho rural.

Além disso, destaca-se a necessidade de novas investigações capazes de aprofundar as especificidades desse grupo social, considerando recortes por gênero, raça e classe, bem como avaliações das intervenções já implementadas. Dessa forma, este estudo contribui para ampliar o debate acerca da saúde do trabalhador

rural e para a construção de uma agenda comprometida com a justiça social no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. N. de *et al.* Trabalho e saúde no setor sucroalcooleiro: desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 43, e5, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbso/a/xY9KTxRxkQLHZtQSP5WvmXb>. Acesso em: 15 maio 2025.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: **Boitempo**, 2020.

BEZERRA, Lucas. O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – **Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2018. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Juliane Feix Peruzzo.

PACHECO-ZENTENO, Felipe *et al.* Prevenção do estresse térmico ocupacional em trabalhadores da cana-de-açúcar na Nicarágua — uma análise fenomenológica interpretativa. **Frontiers in Public Health**, [S. l.], v. 9, p. 713711, 12 out. 2021. DOI: 10.3389/fpubh.2021.713711. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8545795>. Acesso em: 03 jun. 2025.

LIMA, José Rodolfo Tenório; RUMIN, Cassiano Ricardo. Menos acidentes, mais mortes: a mecanização agrícola nos canaviais brasileiros e seus reflexos sobre os trabalhadores, no período de 2012 a 2020. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230603pt>. Acesso em: 25 maio. 2025.

MOREIRA, Gustavo Augusto. O avanço do setor sucroenergético: o eixo Piracicaba-Ribeirão Preto e as relações sócio-territoriais. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 125–141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i1.2828>. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2828>. Acesso em: 27 maio. 2025.

MESSIAS, Iracimara Anchieta *et al.* Risco de lesões de ombro em cortadores de cana-de-açúcar: análise baseada na simulação dos movimentos. **Scientia Medica**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. ID27610, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-6108.2017.3.27610>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/article/view/27610>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2014.

PIGNATI, W. A. *et al.* Saúde do trabalhador e o agronegócio: desafios para a vigilância em saúde no campo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3261–3270, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xqkMRRxywZrmwTtcsy9bnNB>. Acesso em: 15 maio 2025.

ROSCANI, Rodrigo Cauduro *et al.* Risco de exposição à sobrecarga térmica para trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, e00211415, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00211415>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZgKg7cwLxDpQfbcLP8QRCzJ>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SILVA, Clécia Pereira da *et al.* Condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e repercussões sobre a saúde dos canavieiros. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000007820>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS BATISTA, Ana Victoria Santos. Trabalho infantil na agroindústria canaveira a partir de produções acadêmicas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – **Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais**, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24429>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Thiago Leonel Franco

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário do Triângulo (2010). Possui Especialização em Enfermagem do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco UCDB (2015) e Especialização em Urgência e Emergência Pré-Hospitalar (2020). É mestrando em Geografia, com área de concentração em Geografia da Saúde e Geografia do Trabalho, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Pontal, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEP). Atualmente atua como Enfermeiro da Qualidade e Metas no Hospital São José Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), desenvolvendo atividades relacionadas à gestão da qualidade, segurança do paciente, monitoramento de indicadores assistenciais e apoio à melhoria contínua dos processos em saúde.

Joelma Cristina Santos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2009). É docente com dedicação exclusiva no curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO), da Universidade Federal de Uberlândia, em Ituiutaba/MG. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em

Geografia Agrária, Geografia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: relação capital x trabalho, relação cidade-campo, migração, precarização do trabalho e agroindústria canavieira.